



Município de Cruz
das Almas • Bahia

I Preâmbulo.

O Município de **CRUZ DAS ALMAS**, através deste Pregoeiro, designado pelo Decreto Municipal nº. 165/2025, torna público e leva ao conhecimento dos interessados, na forma da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal nº. 052/2024 do Decreto Municipal nº. 163/2023, do Decreto Municipal nº. 165/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº. 147/2014, do Decreto Municipal nº. 266/2023, do Decreto Municipal nº. 455/2021, do Decreto Municipal nº. 232/2024 e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, fará realizar licitação na modalidade Pregão Eletrônico mediante as condições estabelecidas neste Edital.

II Órgão(s) Interessado(s)/Requisitante(s).

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte

III Modalidade

Pregão Eletrônico nº. 034/2026.

IV Processo Administrativo.

734/2026.

V Tipo de Licitação.

() Por Lote () Por Ítem (X) Global.

VI Regime de Execução.

(X) Execução Indireta () Direta.

VII Critério de Julgamento.

(X) Menor Preço () Maior Desconto.

VIII Forma de Fornecimento.

(X) Parcelada () Integral.

XIV. Modo de Disputa.

() Aberto (X) Aberto e Fechado
() Fechado e Aberto.

X Inversão de Fases.

() Sim (X) Não.

XI Prazo de Vigência.

12 (Doze) Meses.

XII Prazo de Execução.

12 (Doze) Meses.

XIII Cota Exclusiva ME/EPP.

() Sim (X) Não.

XIV Prazo para Impugnar Edital.

03 (três) dias úteis.

XV Tratamento Diferenciado LC123/2026.

(X) Sim () Não

XVI Abrangência.

(X) Nacional () Internacional

XVII Consórcio.

() Sim (X) Não.

XVIII Garantia para Licitar.

() Sim (X) Não.

XIX Prova de Conceito

(X) Sim () Não.

XX Catálogos

() Sim (X) Não.

XXI Visita Técnica

() Sim (X) Não.

XXII Consórcio

Quantidade Integrantes no Consórcio

(X) Sim () Não / (Sem) Limite de Licitantes



Município de Cruz
das Almas • Bahia

XXII Objeto.

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, operação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico dos equipamentos, bem como a disponibilização de plataforma tecnológica destinada ao monitoramento, rastreamento, gerenciamento, controle operacional e geração de informações gerenciais da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia.

XXIII Credenciamento

Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico <https://licitanet.com.br/>

IMPORTANTE: É de responsabilidade EXCLUSIVA do licitante interessado, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente Edital.

XXIV Data.

11/08/2026.

XXV Horário.

09h:00min.

XXVI Início do Acolhimento da Proposta.

28/07/2026 – às 09h:00min.

XXVII Fim do Acolhimento da Proposta.

11/08/2026 – às 08h:59min.

XXVIII Sistema de Registro de Preços.

() Sim (X) Não.

XXIX Dotação Orçamentária.

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2159-MANUTENÇÃO E USO DA FROTA DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO

33903900 15001001-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 15400000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 15500000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15001002-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 16003110-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 16590000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1202 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2117-MANUTENÇÃO E USO DA FROTA VEICULAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL



Município de Cruz
das Almas • Bahia

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
33903900 15001002-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
33903900 16600000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

1601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

1701 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

XXX Processamento da Licitação.

A presente licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, sendo utilizado o Sistema LICITANET, <https://licitanet.com.br/>.

XXXI Estimativa de Preços.

DE ACORDO COM A PLANILHA ORCAMENTARIA CONTIDO NO TERMO DE REFERENCIA.

XXXII Edital, Anexos e meios de informação.

As informações, impugnações e pedidos de esclarecimentos necessários ao perfeito conhecimento dos interessados neste certame serão prestados pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, até 03 (três) dias úteis que antecedem a data prevista para abertura das propostas.

Os pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações OBRIGATORIAMENTE devem ser enviados ao Pregoeiro, por meio de EMAIL com endereço eletrônico licita.cruz@cruzdassalmas.ba.gov.br, dentro do prazo previsto neste Edital.

O ETP – Estudo Técnico Preliminar, o Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras - LICITANET, <https://licitanet.com.br/>. E do Município, com endereço eletrônico <http://www.cruzdassalmas.ba.gov.br/acessoainformacao>, após clicando na aba, **LICITAÇÃO**, dentro do Portal de **ACESSO A INFORMAÇÃO**.

Pregoeiro.

Bruno Rodrigues Silveira

Índice

1. EDITAL	5
2. DO OBJETO	5
3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	5
4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	5
5. DO CREDENCIAMENTO	10
6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS ME/EPP E EQUIPARADOS.	11
7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	13
8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	15
9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	18
10. DA FASE DE JULGAMENTO	22
11. DA FASE DE HABILITAÇÃO	26
12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	31
13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	31
14. DOS RECURSOS.....	32
15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	33
16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	35
17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	36
18. DO FORO	37

1. EDITAL

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS – BAHIA, através do Departamento de Compras e licitações, pela COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO – CONTRAT, localizada no Centro Administrativo Municipal de Cruz das Almas - Bahia, Rua Lélia Passos, s/n – Parque Sumaúma - Bairro Lauro Passos, CEP 44380-000, Tel: 0800 750 0140, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 034/2026, com critério de julgamento de menor preço, objetivando a aquisição do(s) serviço(s) descrito(s) no item 2 – DO OBJETO deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, onde o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

As instruções para o credenciamento podem ser acessadas através do Portal de Compras - LICITANET, <https://licitanet.com.br/>;

O ETP – Estudo Técnico Preliminar, o Edital e seus Anexos poderão ser consultados e adquiridos gratuitamente através do Portal de Compras - LICITANET, <https://licitanet.com.br/>, e do Município endereço eletrônico <http://www.cruzdalasmas.ba.gov.br/acessoainformacao>, após, clicando na aba, **LICITAÇÃO**, dentro do Portal de **ACESSO A INFORMAÇÃO**.

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições na forma da Lei n.º 14.133/2021, do Decreto Municipal n.º. 052/2024 do Decreto Municipal n.º. 163/2023, do Decreto Municipal n.º. 165/2023, da Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º. 147/2014, do Decreto Municipal n.º. 266/2023, do Decreto Municipal n.º. 455/2021, do Decreto Municipal n.º. 232/2024, e, de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação trata da Contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, operação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico dos equipamentos, bem como a disponibilização de plataforma tecnológica destinada ao monitoramento, rastreamento, gerenciamento, controle operacional e geração de informações gerenciais da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia.

2.2. A licitação será processará conforme estabelecido no Preambulo, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens/lotos forem de seu interesse.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Em se tratando de Registro de Preços, estabelecidas no preambulo deste Edital, as regras referentes aos órgãos gerenciadores e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. DA CONDIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema LICITANET (<https://licitanet.com.br/>).



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 4.1. Poderão participar desta Licitação empresas brasileiras ou estrangeiras em funcionamento no Brasil, pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, e, que atenderem as condições exigidas constantes neste Edital e seus Anexos, e, que;
- 4.1.1. Caso seja exigido a **GARANTIA DE PROPOSTA**, destacado no preâmbulo deste Edital, correspondendo a 1% (um por cento) do valor estimado para para a contratação, devendo o licitante obedecer ao critério de julgamento deste certame (item, lote, global, etc.), conforme art. 58 da Lei 14.133, de 2021;
- 4.1.2. A Garantia de Proposta poderá ser ofertada conforme o § 1º do art. 96 desta Lei, em uma das seguintes modalidades:
- 4.1.2.1. caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 4.1.2.2. seguro-garantia;
- 4.1.2.3. fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 4.1.3. É de integral responsabilidade da Licitante, a prova de suficiência da Garantia de Proposta prestada para os fins desta Licitação.
- 4.1.4. A Garantia de Proposta prestada em moeda corrente nacional deverá ser depositada Junto ao Banco de titularidade da Prefeitura do Município de Cruz das Almas/BA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.006.977/0001-20.
- IMPORTANTE:** os dados bancários para a finalidade do item 4.2.1., será informada diretamente ao interessado, bastando solicitar junto a Secretaria da Fazenda do Município de Cruz das Almas/BA.
- 4.1.5. A prova de prestação da Garantia de Proposta prestada em **moeda corrente nacional** se dará via comprovante de realização do depósito bancário, devidamente autenticado pelo Banco receptor;
- 4.1.6. A Garantia de Proposta prestada na modalidade **Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional** deverá ser emitida sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, acompanhado de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e valor;
- 4.1.7. A Garantia da Proposta apresentada na modalidade de **seguro-garantia** deverá ter vigência de 60 (sessenta) dias além do prazo da validade da proposta e será comprovada pela apresentação da apólice de seguro-garantia original, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice;
- 4.1.8. A Garantia de Proposta apresentada na modalidade de **fiança bancária** deverá ser emitida por instituição bancária devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- 4.1.9. Os Licitantes que deixarem de prestar Garantia de Proposta, ou prestar de forma insuficiente em valor ou prazo, ou ainda que a prestarem em desacordo com as



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- condições estabelecidas neste Edital serão desclassificados, ainda que tenha se sagrado vencedor provisório;
- 4.1.10. Encerrado o certame, os licitantes terão suas Garantias de Proposta devolvidas em até 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação. § 2º, do art. 58, da Lei 14.133, de 2021;
- 4.1.11. Caso o prazo de validade das Garantias de Proposta expire antes da assinatura do Contrato, as Licitantes serão obrigadas a comprovar a renovação da respectiva Garantia de Proposta, às suas expensas, sob pena desclassificação da proposta ou, se já superada esta fase, na hipótese de impossibilidade da assinatura do Contrato, caso vencedora;
- 4.1.12. No caso de renovação necessária da Garantia de Proposta após decorrido mais de 1 (um) ano a contar da publicação deste Edital, os valores das Garantias de Proposta deverão ser atualizados pelo IPCA, ou pelo índice que o substitua;
- 4.1.13. A Garantia de Proposta, prestada em qualquer das modalidades previstas neste Edital, não poderá conter Cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pelo Licitante quanto à participação nesta Licitação.
- 4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros;
- 4.2.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados;
- 4.2.2. A não observância do disposto no item anterior ensejará desclassificação do licitante no momento da habilitação.
- 4.3. As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/06, alterada pela Lei Complementar 147/2014, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto Municipal nº. 455/2021, declarando no campo próprio do sistema sua condição.
- 4.4. Se permitida a participação de empresas reunidas em regime de consórcio, destacado no Preambulo deste Edital, serão atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas aqui estabelecidas.
- 4.4.1. Qualquer das empresas consorciadas, ficam impedidas de participar isoladamente desta licitação, assim como de integrar mais de um consórcio.
- 4.4.2. Deverá ser entregue, junto com os documentos de habilitação:
- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;

- b) documento com indicação da empresa responsável pelo consórcio, a qual deverá atender às condições de liderança, fixadas neste edital.
- 4.4.3. A empresa líder será a representante e responsável por todas as comunicações e informações do Consórcio, e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.
- 4.4.4. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.
- 4.4.5. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.
- 4.4.6. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 4.5.2. "a", que deverá prever:
- 4.4.6.1. Compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, individual e solidariamente, pelas exigências de ordens fiscais, administrativas e contratuais pertinentes ao objeto da licitação;
 - 4.4.6.2. **Declaração** expressa de responsabilidade solidária, ativa e passiva, das consorciadas pelos atos praticados pelo consórcio, em relação à licitação e, posteriormente, ao eventual Contrato, até o final de sua execução;
 - 4.4.6.3. Compromisso de que o consórcio não terá a sua composição ou constituição alterada ou, sob qualquer forma, modificada, sem prévia e expressa anuência do órgão ou entidade contratante, até a conclusão dos trabalhos ou fornecimento que vierem a ser contratados;
 - 4.4.6.4. Compromisso de que o prazo de duração do consórcio deverá ser igual ou maior do que o prazo de vigência da contratação decorrentes desta licitação;
 - 4.4.6.5. Compromisso expresso de que o consórcio não se constitui, nem se constituirá em pessoa jurídica distinta da de seus membros, bem como não terá denominação própria ou diferente das suas consorciadas;
 - 4.4.6.6. Compromissos e a divisão do escopo no fornecimento para cada uma das consorciadas, individualmente, em relação ao objeto da licitação, bem como o percentual de participação de cada uma em relação ao fornecimento previsto.
- 4.4.7. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
- 4.4.8. O número máximo de empresas consorciadas será de definida no preâmbulo deste Edital, conforme justificativa técnica constante do Termo de Referência.
- 4.4.9. A habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 4.4.10. Em relação à comprovação para habilitação econômico-financeira, se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou caso contenha justificativa no expressa no Termo de Referência / Projeto Básico, haverá um



Município de Cruz
das Almas • Bahia

acréscimo de 20 % (vinte por cento, para o consórcio, em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

4.5. Não poderão disputar esta licitação:

- 4.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.5.4. a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal;
- 4.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.5.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, se assim estiver definido no Preâmbulo deste Edital;
- 4.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021

4.6. não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 4.7. O impedimento de que trata o item 4.5.3 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.5.1 e 4.5.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.10. O disposto nos itens 4.5.1 e 4.5.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.12. A vedação de que trata o item 4.5.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.13. Não será permitida a participação de pessoa física;
- 4.14. Não será permitido ainda a participação de empresas com falência decretada, em recuperação judicial e ou extrajudicial;
- 4.14.1. Exceção ao referido no item 4.14., somente será admitida participação de empresas em recuperação judicial, bem como empresas em processo falimentar desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

5. DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. Para participar do certame, o licitante interessado deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema LICITANET, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- 5.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico do Portal de Compras LICITANET (<https://licitanet.com.br/>).
- 5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.6. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

6. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA E TRATAMENTO DIFERENCIADO – LEI COMPLEMENTAR 123/2006, DAS ME/EPP E EQUIPARADOS.

- 6.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, do Decreto n.º 8.538, de 2015, bem como do Decreto Municipal nº. 455/2021;
- 6.1.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.2. Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.3. A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 6.4. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.
- 6.5. Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.
- 6.6. A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada neste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 6.7. A ME/EPP ou equiparado considerado empatado e mais bem classificado deverá ser convocado, após o término dos lances, para apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame em até 05 (cinco) minutos da convocação, sob pena de preclusão (Art. 45, inciso I c/c § 3º, da LC nº 123/06);
- 6.8. Caso não haja exclusividade que trata o item 5.2. deste Edital, no que tange as regras nesta licitação, todos os licitantes deverão permanecer conectados até que o Pregoeiro possa verificar a ocorrência de um possível empate, pois, caso aconteça, serão tomadas as seguintes providências:
- 6.8.1. A ME/EPP ou equiparado acima indicado que efetivamente apresente nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, desde que em tempo hábil, e atenda as demais exigências previstas neste Edital, terá adjudicado em seu favor o objeto licitado (Art. 45, I, da LC nº 123/06).
 - 6.8.2. Não ocorrendo contratação de ME/EPP ou equiparado na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME/EPP e equiparados remanescentes considerados empatados na ordem classificatória para o exercício do direito de ofertar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame (Art. 45, II, da LC nº 123/06).
 - 6.8.3. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas ME/EPP e equiparados sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao lance mais vantajoso (Art. 44, §§ 1º e 2º, da LC nº 123/06).
 - 6.8.4. O critério de empate (5%) deverá ser aferido segundo o preço obtido antes da negociação prevista na Seção "DA NEGOCIAÇÃO".
 - 6.8.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).
 - 6.8.6. Somente se a contratação de ME/EPP ou equiparado que esteja dentro do critério de empate falhar é que o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora, atendidas as demais disposições deste Edital (§ 1º do art. 45 da LC nº 123/06).
 - 6.8.7. Ainda como critério de desempate será dado preferência as empresas que apresentarem propostas de produtos de fabricação nacional.
 - 6.8.8. O disposto nesta Seção somente será aplicável quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por ME/EPP ou equiparado (Art. 45, § 3º, da LC nº 123/06).



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 6.8.9. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 6.8.10. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 6.8.11. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.8.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, na ordem assim definido nesta Lei.
- 6.9. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, e definido o julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas e encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 6.10. Havendo negociação, a mesma será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.1. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras LICITANET – (<https://licitanet.com.br/>), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 7.1. Na presente licitação, a fase de habilitação poderá mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes, anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento nos termos do art. 17, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras LICITANET (<https://licitanet.com.br/>), a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, dentro do prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, obrigatoriamente e simultaneamente os **documentos de habilitação e a proposta com o preço**, observado o disposto nos itens 11.1 deste Edital.
- 7.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante **declarará**, em campo próprio do sistema, que:



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 7.4.1. **Declaração** que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 7.4.2. **Declaração** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 7.4.3. **Declaração** que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 7.4.4. **Declaração** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 7.5. O licitante organizado em cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 7.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá **declarar**, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).
- 7.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 7.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 7.7. A falsidade da declaração de que trata o item 6.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.
- 7.8. Os licitantes poderão retirar, alterar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até prazo limite para acolhimento das propostas.
- 7.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase competitiva.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 7.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase competitiva.
- 7.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 7.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 7.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 7.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 7.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 7.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 7.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 7.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 7.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 7.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

8. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 8.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 8.1.1. Valor unitário e total ou desconto do item/lote;
- 8.1.2. Marca;
- 8.1.3. Fabricante;
- 8.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 8.3. A proposta de preços deverá, ainda, conter os seguintes documentos:
- 8.3.1. Planilha de preços unitários e totais ofertados, conforme **Anexo II**;
- 8.3.2. A proposta de preços deverá ser apresentada juntamente com a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo constante no Edital, sob pena de desclassificação.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 8.3.3. O licitante deverá apresentar a proposta de preços de forma detalhada, descrevendo o serviço a ser prestado se for o caso, indicando, prazos de validade, no que for aplicável, bem como os valores unitários e o total, contendo até duas casas decimais após a vírgula, conforme regras matemáticas, sob pena de desclassificação de sua proposta;
- 8.3.4. A Licitante deverá adequar sua proposta de preços inclusive se, sagrar-se vencedora, ao último lance, aplicando obrigatoriamente a fórmula de arredondamento para baixo, sob pena de desclassificação da proposta;
- 8.3.5. A Proposta de Preços será considerada em conformidade com as diretrizes deste Edital, expressa em moeda nacional, o Real (R\$), em algarismos e por extenso, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação;
- 8.3.5.1. Se o objeto contiver além de aquisição, serviços e mão de obra, bem como obras e serviços de engenharia, a proposta comercial deverá vir acompanhado de:
- PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS, PLANILHAS DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS, PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO BDI - bonificação e Despesas Indiretas, para os casos de obras e serviços de engenharia, e ou PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DO LDI – Lucros e Despesas Indiretas, para os casos que envolvam serviços e mão de obras, que levará em conta o DETALHAMENTO de todos os impostos, salários, gratificações, adicionais, horas extraordinárias, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, alugueis, financiamentos, taxas, fretes, seguros, instalação/desinstalação, lucros, administração, mão de obra, maquinários, equipamentos, etc., e, quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre os serviços, constantes da proposta, abrangendo, assim, todos os custos com materiais e serviços necessários à execução do objeto em perfeitas condições de uso e a manutenção destas condições durante o prazo de contratação;
 - Se o objeto estabelecer apenas aquisição de bens, o licitante deverá apresentar apenas PLANILHA ORÇAMENTÁRIA (ANEXO II), já embutidos todos os custos destacados na alínea "a", do subitem 7.3.5.
 - Cada licitante deverá elaborar suas composições de custos que entenderem necessários para a conclusão do serviço, de acordo com as especificações técnicas, que demonstrem a viabilidade técnica e econômica dos valores propostos para o(s) serviço(s). Para efeito de composição de salários e demais gratificações na formação do preço deverão ser considerado a convenção coletiva da categoria, se for o caso.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

"IMPORTANTE: *O TCU possui jurisprudência pacífica no sentido de que o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL não devem ser incluídos na proposta de preços do licitante, (Acórdãos nº 1.453/2009, nº 1.942/2009 e nº 2.060/2009, todos do Plenário). Vale citar a recente Súmula TCU nº 254/2010: "O IRPJ - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - e a CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - não se consubstanciam em despesa indireta passível de inclusão na taxa de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI do orçamento-base da licitação, haja vista a natureza direta e personalística desses tributos, que oneram pessoalmente o contratado".*

- 8.3.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 8.3.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.3.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Estudo Técnico Preliminar – ETP, e do Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 8.3.9. Ocorrendo discrepância entre os preços unitários e totais prevalecerão os primeiros, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias.
- 8.3.10. A não apresentação das exigências acima, junto com a proposta de preços, acarretará na sua desclassificação.
- 8.3.11. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro argumento não previsto em lei.
- 8.3.12. As propostas terão validade de 60 (sessenta) dias, contados da data prevista para abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.
- 8.3.13. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 8.3.14. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 8.3.15. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa (Brasil), efetuada por Tradutor Juramentado.
- 8.3.16. Caso os documentos sejam de procedência estrangeira deverão também ser devidamente consularizados.
- 8.3.17. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
- 8.3.18. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital.
- 8.3.19. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização perante os Tribunais de Contas (TCU, TCE, e ou TCM) e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:
- a. assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou
 - b. condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 9.1. Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 9.2. A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.
- 9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 9.5. O lance deverá ser ofertado conforme estabelecido no critério de julgamento.
- 9.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 9.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 9.8. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 9.9. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 9.10. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto"**, estabelecido no Preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.14. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.15. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.16. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"aberto e fechado"**, estabelecido no preâmbulo deste Edital, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 9.16.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 9.16.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.16.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 9.16.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 9.16.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.17. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"fechado e aberto"**, estabelecido no preâmbulo deste Edital, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço / maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 9.17.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 9.16.5, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 9.17.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 9.17.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 9.17.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 9.17.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 9.18. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 9.19. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 9.20. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.21. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 9.22. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 9.23. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 9.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 9.25. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, caso haja, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).
- 9.25.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 9.25.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 9.25.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 9.25.1. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro). No caso de não haver lances e verificada equivalência dos valores constantes das propostas de ME/EPP e equiparados que se encontrem em situação de empate, serão convocadas pelo Pregoeiro para iniciar nova disputa, e ao final, mesmo assim permanecendo o empate, prevalecerá aquela proposta ou lance que for recebido e registrado primeiro na plataforma (o próprio sistema registra na ordem as propostas e lances ofertados primeiro).
- 9.26. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 9.26.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 9.26.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 9.26.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 9.26.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 9.26.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 9.26.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 9.26.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.26.2.2. empresas brasileiras;
- 9.26.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.26.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 9.28. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 9.29. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.30. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.31. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras LICITANET (<https://licitanet.com.br/>), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 9.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DA FASE DE JULGAMENTO

- 10.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme



Município de Cruz
das Almas • Bahia

previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 4.5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 10.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>); e
- 10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.gov.br/corregedorias/pt-br/assuntos/sistemas-correcionais/banco-de-sancoes>).
- 10.1.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#); e,
- 10.1.4. Outros órgãos de cadastro disponíveis, bem como órgãos de classe profissional.
- 10.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
 - 10.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
 - 10.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
 - 10.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.3. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 10.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.
- 10.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 10.6. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração.
- 10.7. Será **desclassificada** a proposta vencedora que:
 - 10.7.1. conter vícios insanáveis;
 - 10.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 10.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 10.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada de forma cabal, quando exigido pela Administração;
- 10.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 10.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- 10.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 10.8.1.1. Inexistência de ATAs e ou contratos firmados com a Administração Pública ou Privada com objeto igual ou semelhante contendo planilha de preços para conferência de valores próximos ofertados, dos últimos 12 (doze) meses;
- 10.8.1.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.8.1.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.9. Em contratação de obras e serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
- 10.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 10.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital, conforme [art. 59, §3º, da Lei nº 14.133/2021](#);
- 10.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores **forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 10.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 10.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que oportunize que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 10.1. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado



Município de Cruz
das Almas • Bahia

para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, no prazo de 02 (duas) horas, em arquivo único, exclusivamente através do Portal de Compras LICITANET, (<https://licitanet.com.br/>), sob pena de desclassificação proposta.

- 10.1.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor provisório será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
- 10.1.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
- 10.1.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 10.1.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 10.1.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 10.2. Erros simples no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja alteração ou majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - 10.2.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - 10.2.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 10.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 10.4. O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de desclassificação da proposta.
- 10.5. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 10.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema, acompanhado de relatório técnico da Secretaria Requisitante que avaliou as amostras.
- 10.7. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 10.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não estiver(em) em consonância com as especificações constantes no Instrumento Convocatório, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

11. DA FASE DE HABILITAÇÃO

- 11.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de executar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 11.2. A documentação exigida para fins de **habilitação** será a:
 - 11.2.1. Jurídica;
 - 11.2.2. Técnica;
 - 11.2.3. Fiscal, social e trabalhista e;
 - 11.2.4. Econômico-financeiro.

OBS: a documentação que trata o item 11.2., poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

- 11.3. A documentação relativa à **Habilitação Jurídica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, consistir-se-á do que se segue:
 - 11.3.1. Cédula de identidade ou outro documento válido com foto do(s) sócio(s);
 - 11.3.2. Em se tratando de empresa individual;
 - 11.3.2.1. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - 11.3.2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

11.3.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:

11.3.2.3.1. ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.3.3. No caso de sociedade simples:

11.3.3.1. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e respectivas alterações, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais e, no caso de Sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

Nota: Somente no caso do contrato social em vigor, quando houver a consolidação das cláusulas contratuais, não será necessário a apresentação de todas as alterações contratuais.

11.3.3.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

11.3.3.3. Decreto de Autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.3.3.4. No caso de cooperativa:

11.3.3.4.1. ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

11.4. A documentação relativa à **Qualificação Técnica** da licitante, cujo objeto social deve ser compatível com o objeto licitado, consistir-se-á do que se segue:

11.4.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em papel timbrado e assinado pelo representante legal da empresa ou entidade.

11.4.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) ser apresentado(s) constando as seguintes informações da emitente: papel timbrado, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão, nome e cargo/função de quem assina o documento, bem como conter objeto, atividades desenvolvidas, período da contratação, quantitativos efetivamente executados se total ou parciais;

11.4.1.2. Será permitido o somatório de atestados;

11.4.1.3. Permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, será observado o somatório dos valores de cada consorciado;

11.4.1.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte, haverá um acréscimo



Município de Cruz
das Almas • Bahia

de 30% (trinta por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido no item 11.4., para os licitantes individuais, inteligência do § 1º art. 5º, da Lei 14.133/2021;

- 11.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada em cartório, ou assinados digitalmente por qualquer certificado admitido pela legislação em vigor;

Nota: A documentação que for apresentada em cópias simples poderá ser autenticada via assinatura digital ou outro meio admitido em Lei, lembrando que os documentos em cópia simples ou apócrifos, que não tiverem sua autenticidade confirmada não possuem efeitos legais para este procedimento, com base na Lei 13.726/2018.

- 11.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

- 11.7. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.7.1. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.7.2. Em se tratando o objeto de serviços de engenharia e ou obras determinado no preâmbulo desde Edital, deverá apresentar **Declaração** e indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

11.7.2.1. Em se tratando o objeto de serviços de engenharia e ou obras determinado no preâmbulo desde Edital, deverá apresentar relação da equipe técnica deverá indicar a qualificação profissional de cada um, acompanhada de declaração autorizando a indicação de seus nomes, com data posterior à publicação do edital.

11.7.3. Em se tratando o objeto de serviços de engenharia e ou obras determinado no preâmbulo desde Edital, deverá apresentar de **Atestado ou Declaração de Vistoria Técnica** dos locais onde serão executados o Objeto;

11.7.3.1. Comprovação da realização da visita técnica prévia será efetuada através de atestado expedido pela Secretaria;

11.7.3.2. Caso haja a exigência de visita técnica, estabelecido no preâmbulo, esta poderá ser feita antes da licitação e deverá ser agendada com antecedência através do telefone (75) 3621 8400, da Secretaria Municipal, ou pelo **email**.

11.7.3.3. Para realizar a vistoria, o representante da empresa interessada em participar da licitação, deverá apresentar documento pessoal com foto e documento comprovando estar credenciado pela empresa interessada.

11.7.3.4. Não será admitida representação de um mesmo representante para mais de uma licitante;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 11.7.3.5. Caso a visita não ocorra, a licitante poderá optar e apresentar **declaração** de que visitou os locais onde serão executados os serviços referentes ao objeto do Edital, e ainda que tem plenos conhecimentos de todas as condições dos locais, estando familiarizado com a natureza e vulto dos serviços, bem como informados a respeito de todas as condições locais e regionais que possam incidir no valor da proposta.
- 11.8. A documentação relativa à **Regularidade Fiscal, social e Trabalhista** consistir-se-á do que se segue:
- 11.8.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
 - 11.8.2. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
 - 11.8.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014). - Tributos e Dívida Ativa da União do domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
 - 11.8.4. Prova de regularidade para com a Estadual (débitos inscritos e não Inscritos na dívida ativa), referente ao domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
 - 11.8.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, referente ao domicílio ou sede da licitante, através de certidões negativas ou certidões positivas com efeito negativo;
 - 11.8.6. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
 - 11.8.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).
 - 11.8.8. Apresentar **declaração** de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei [art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#).
 - 11.8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração** de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas Leis Trabalhistas, nas normas infralegais, nas Convenções Coletivas de Trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - 11.8.10. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 11.8.11. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, Social e Trabalhista, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 11.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para [Lei 14.133/21, art. 64](#):
- 11.9.1. Necessidade de complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 11.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 11.10. A documentação exigida para a **Qualificação Econômico-Financeira** constitui-se do que se segue:
- 11.11. Certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei no 11.101, de 09/02/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
- 11.11.1. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, os licitantes deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 11.12. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{LG} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{SG} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$\text{LC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$



Município de Cruz
das Almas • Bahia

11.13. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.**

11.13.1. Caso a licitante utilize-se da **Escrituração Contábil Digital - ECD**, nos termos dos Decretos Federais no 6.022/07 e 8.683/16, deverá apresentar também o recibo de entrega e notas explicativas, emitidos pelo SPED.

11.13.2. As empresas recém-constituídas e que não tenham promovido a apuração dos primeiros resultados, poderão participar do certame apresentando o seu "**balanço de abertura**" que demonstre situação econômico-financeira satisfatória;

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

11.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.16. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

12. DO CONTRATO

12.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do próximo fornecedor convocado, desde que: a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

12.2. O Contrato poderá ser assinada(o) por meio de assinatura digital ou outro meio hábil admitido na legislação vigente.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

13.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

13.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata:

13.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 13.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 13.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 13.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 13.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.
- 13.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 13.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 13.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DOS RECURSOS

- 14.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 14.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1. a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente e de forma motivada**, sob pena de preclusão;
- 14.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 30 (trinta) minutos;
- 14.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 14.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 14.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 14.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou,



Município de Cruz
das Almas • Bahia

nesse mesmo prazo, encaminhar as razões de recurso para a Autoridade Competente, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

- 14.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição das razões do recurso, assegurada a vistas imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.8. As razões de recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da Autoridade Competente.
- 14.9. O acolhimento das Razões do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.cruzdascalmas.ba.gov.br/acessoainformacao>.

15. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 15.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - 15.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - 15.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
 - 15.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 15.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 15.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 15.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 15.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
 - 15.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - 15.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
 - 15.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
 - 15.1.4.1. fraudar a licitação;
 - 15.1.5. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 15.1.5.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 15.1.5.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 15.1.5.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 15.1.6. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 15.1.7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 15.1.8. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 15.1.8.1. advertência;
 - 15.1.8.2. multa;
 - 15.1.8.3. impedimento de licitar e contratar; e
 - 15.1.8.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 15.2. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 15.2.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 15.2.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 15.2.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 15.2.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 15.2.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 15.3. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial:
 - 15.3.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2.5, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
 - 15.3.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.3.1, 15.1.4, 15.1.4.1, 15.1.6 e 15.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 15.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 15.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2.5, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável



Município de Cruz
das Almas • Bahia

de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

- 15.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.3.1, 15.1.4, 15.1.4.1, 15.1.6 e 15.1.6, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2.5 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 15.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.2.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 15.9. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 15.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 15.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 15.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 15.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 16.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

16.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, referentes ao processo licitatório, e, serão enviados ao Pregoeiro, por meio de protocolo no setor de licitação ou para o endereço eletrônico licita.cruz@cruzdassalmas.ba.gov.br.

16.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

16.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

16.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

17.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

17.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

17.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

17.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias úteis de expediente na Administração.

17.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.9. É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Competente, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

17.10. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, a Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- 17.11. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 17.12. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n.º 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 17.13. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 17.14. Edital e seus anexos como todos os atos do certame poderão ser consultados e adquirido através do Portal LICITANET, (<https://licitanet.com.br/>), e do Município endereço eletrônico <http://www.cruzasalmas.ba.gov.br/acessoainformacao>, clicando na aba **LICITAÇÃO** no Portal de **ACESSO A INFORMAÇÃO**.
- 17.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 17.15.1. **ANEXO I – A** - Estudo Técnico Preliminar - ETP
 - 17.15.2. **ANEXO I - B** - Termo de Referência/Projeto Básico;
 - 17.15.3. **ANEXO II** – Modelo de Proposta de Preços;
 - 17.15.4. **ANEXO III** - Modelo de Declaração Unificada;
 - 17.15.5. **ANEXO IV** – Modelo de Minuta de ATA/Contrato;

18. DO FORO

- 18.1. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, fica eleito o Foro da Comarca de Cruz das Almas, Estado da Bahia, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.2. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação em vigor, em especial a Constituição Federal e a Lei 14.133/2021.

Cruz das Almas - BA, 24 de julho de 2026.

Bruno Rodrigues Silveira
Pregoeiro Oficial



Município de Cruz
das Almas • Bahia

ANEXO I – A

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

ÓRGÃO REQUISITANTE

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte

Processo Administrativo nº 734/2026

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Contratação de serviços comuns, conforme artigo 6º, XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO – JUSTIFICATIVA

A presente demanda decorre da necessidade de aperfeiçoar a gestão da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia, utilizada pelas diversas Secretarias Municipais na execução de atividades administrativas e na prestação de serviços públicos essenciais à população.

Atualmente, a Administração Municipal não dispõe de solução tecnológica integrada capaz de realizar o monitoramento contínuo da frota, dificultando o controle da utilização dos veículos oficiais, o acompanhamento dos deslocamentos, a fiscalização do cumprimento das rotas, a identificação de usos indevidos, o monitoramento de eventos relacionados à condução dos veículos e a obtenção de informações gerenciais que subsidiem o planejamento, a fiscalização contratual e a tomada de decisões pelos gestores públicos.

A implantação de sistema integrado de telemetria e videotelemetria permitirá o monitoramento em tempo real da localização dos veículos, o registro e armazenamento dos percursos realizados, o acompanhamento de parâmetros operacionais e do comportamento da condução, a gestão das rotas, o controle da utilização da frota, a produção de indicadores de desempenho, o fortalecimento dos mecanismos de controle interno e da gestão patrimonial, bem como o aumento da segurança dos condutores, passageiros, cargas e do patrimônio público.

Além disso, a utilização da videotelemetria possibilitará maior transparência na apuração de ocorrências envolvendo veículos oficiais, contribuindo para a redução de riscos operacionais, prevenção de fraudes, responsabilização em casos de acidentes, melhoria das práticas de direção e qualificação da fiscalização da execução contratual.

A solução tecnológica também contribuirá para a otimização da utilização da frota municipal, permitindo melhor planejamento dos deslocamentos, racionalização dos recursos públicos, redução de desperdícios, melhoria da eficiência operacional e disponibilização de informações confiáveis para subsidiar decisões administrativas baseadas em dados.

A contratação encontra-se em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência, interesse público e boa governança administrativa previstos na Lei nº 14.133/2021, constituindo instrumento de modernização da gestão pública e de fortalecimento dos mecanismos de controle da Administração Municipal.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no Plano de Contratações Anual, estando alinhado com o Planejamento da Administração.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução a ser contratada deverá atender aos requisitos mínimos necessários para garantir o monitoramento, gerenciamento e controle da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia, observando os princípios da eficiência, economicidade, segurança, transparência e competitividade previstos na Lei nº 14.133/2021.

3.1 Requisitos Funcionais

A solução deverá contemplar, no mínimo:

I – fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos necessários ao funcionamento da solução;

II – instalação, configuração, ativação, integração, testes e pleno funcionamento dos equipamentos em todos os veículos indicados pela Administração;

III – disponibilização de plataforma eletrônica acessível via internet, com controle de acesso por usuários e diferentes níveis de permissão;

IV – monitoramento em tempo real da localização dos veículos;

V – rastreamento por tecnologia de geolocalização compatível com a cobertura existente no território nacional;

VI – registro, armazenamento e consulta do histórico de deslocamentos, rotas, paradas e demais eventos registrados;

VII – sistema de videotelemetria embarcada, permitindo o registro e armazenamento de imagens, conforme as especificações constantes do Termo de Referência;

VIII – geração de relatórios gerenciais, operacionais e estatísticos;

IX – emissão de alertas parametrizáveis para eventos previamente definidos pela Administração;

X – disponibilização de painel gerencial para acompanhamento da frota;

XI – exportação de relatórios em formatos eletrônicos usuais;

XII – atualização tecnológica da plataforma durante toda a vigência contratual, sem custos adicionais para a Administração.

3.2 Requisitos Técnicos

A contratada deverá:

- I – fornecer todos os equipamentos, acessórios, cabeamentos, conectores, chips, licenças, softwares e demais componentes necessários ao funcionamento integral da solução;
- II – realizar a instalação sem causar danos permanentes aos veículos;
- III – garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos durante toda a execução contratual;
- IV – realizar manutenção preventiva, corretiva e substituição dos equipamentos defeituosos, sem ônus adicional para a Administração;
- V – disponibilizar suporte técnico durante toda a vigência contratual;
- VI – manter equipe técnica capacitada para instalação, manutenção e atendimento das ocorrências;
- VII – assegurar disponibilidade contínua da plataforma, ressalvadas as interrupções programadas para manutenção.

3.3 Requisitos de Segurança da Informação

A solução deverá:

- I – garantir controle de acesso mediante autenticação de usuários;
- II – registrar logs de acesso e de utilização da plataforma;
- III – proteger os dados armazenados contra acessos não autorizados;
- IV – observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), especialmente quanto ao tratamento dos dados eventualmente coletados pela solução.

3.4 Requisitos Operacionais

A contratada deverá:

- I – realizar treinamento dos usuários indicados pela Administração;
- II – disponibilizar manuais de utilização da plataforma;
- III – prestar suporte remoto e, quando necessário, presencial;
- IV – manter canal de atendimento para registro e acompanhamento de chamados técnicos.

3.5 Requisitos de Manutenção

A solução deverá permanecer plenamente operacional durante toda a vigência contratual, sendo de responsabilidade da contratada:

I – manutenção preventiva;

II – manutenção corretiva;

III – substituição de equipamentos defeituosos;

IV – atualização de softwares e firmwares;

V – reposição de componentes necessários ao pleno funcionamento da solução.

3.6 Requisitos Ambientais

Sempre que tecnicamente possível, deverão ser utilizados equipamentos de baixo consumo energético e observadas as normas ambientais aplicáveis quanto ao descarte e substituição de componentes eletrônicos.

3.7 Requisitos de Sustentabilidade

Na execução contratual deverão ser observadas as diretrizes de desenvolvimento nacional sustentável previstas na Lei nº 14.133/2021, priorizando-se a adequada destinação de resíduos eletrônicos, a racionalização do consumo de energia e a adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

3.8 Requisitos de Execução

A prestação dos serviços deverá compreender:

- a) fornecimento dos equipamentos em comodato;
- b) instalação e configuração;
- c) ativação da solução;
- d) operação da plataforma;
- e) monitoramento contínuo;
- f) manutenção preventiva e corretiva;
- g) suporte técnico;
- h) atualização tecnológica;
- i) treinamento dos usuários;
- j) desinstalação dos equipamentos ao término do contrato, quando determinada pela Administração.

3.9 Requisitos de Qualificação da Contratada

A contratada deverá demonstrar aptidão para execução de serviços compatíveis com o objeto, mediante comprovação de experiência anterior em serviços de telemetria, rastreamento ou videotelemetria de frotas, observados os limites e critérios de qualificação técnica previstos na Lei nº 14.133/2021, vedadas exigências que restrinjam indevidamente a competitividade.

4 e 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



Município de Cruz
das Almas • Bahia

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no levantamento da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia, contemplando 100 (cem) veículos pertencentes ou utilizados pela Administração Pública Municipal.

A solução tecnológica a ser contratada será implantada em todos os veículos abrangidos pela contratação e será composta por dois sistemas complementares:

- a) telemetria veicular, destinada ao monitoramento operacional, rastreamento, geolocalização, gestão de rotas, emissão de alertas e geração de informações gerenciais; e
- b) videotelemetria embarcada com sistema de 4 (quatro) canais, destinada ao registro de imagens do ambiente interno e externo do veículo, proporcionando maior segurança patrimonial, transparência, fiscalização da utilização da frota e suporte à apuração de ocorrências.

Dessa forma, cada veículo será equipado simultaneamente com os dispositivos de telemetria e de videotelemetria, razão pela qual a estimativa contempla quantitativos equivalentes para instalação e para a prestação dos serviços continuados de suporte.

As quantidades estimadas são as seguintes:

Item	Descrição	Und	Qtd	V.Unit	V.Total
1	INSTALAÇÃO DE MÓDULO TELEMETRIA- Com o fornecimento de equipamentos em comodato pelo prazo de 12 meses, compreendendo a instalação de módulos de rastreadores.	UND	100	R\$ 352,74	R\$ 35.274,00
2	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOTELEMETRIA 2 CANAIS- Com o fornecimento de equipamentos em comodato pelo prazo de 12 meses, compreendendo a instalação de módulos de rastreadores.	UND	100	R\$ 733,33	R\$ 73.333,00
3	SUPORTE OPERACIONAL ADMINISTRATIVO DA TELEMETRIA- MENSAL POR VEÍCULO- disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos, bem como configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento.	UND	1200	R\$ 426,67	R\$ 512.004,00
4	SUPORTE OPERACIONAL ADMINISTRATIVO DA VIDEOTELEMETRIA- MENSAL POR VEÍCULO- disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos, bem como configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento.	UND	1200	R\$ 416,67	R\$ 500.004,00
Valor Total					R\$ 1.120.615,00

As quantidades foram definidas considerando a necessidade de monitoramento integral da frota municipal durante a vigência contratual, assegurando tratamento uniforme a todos os veículos contemplados pela contratação.

A solução está estimada em R\$ 1.120.615,00 (um milhão, cento e vinte mil e seiscentos e quinze reais) para um período de 12 (doze) meses, conforme documento em anexo.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foi realizado levantamento das soluções disponíveis no mercado aptas a atender à necessidade de modernização da gestão da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia.

A análise identificou que atualmente existem empresas especializadas na prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, ofertando soluções em regime de prestação continuada, mediante disponibilização de equipamentos em comodato, plataforma tecnológica de gerenciamento, comunicação de dados, manutenção, suporte técnico e atualização dos sistemas durante toda a vigência contratual.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

Durante o levantamento foram identificadas, em síntese, as seguintes alternativas:

Alternativa 1: Aquisição definitiva dos equipamentos e contratação separada de licenças, manutenção e suporte

Consiste na aquisição dos equipamentos de telemetria e videotelemetria pela Administração, permanecendo os bens incorporados ao patrimônio público, com posterior contratação dos serviços de instalação, comunicação de dados, manutenção, atualização tecnológica e licenciamento da plataforma.

Embora essa alternativa possibilite a incorporação dos equipamentos ao patrimônio municipal, apresenta desvantagens relevantes, tais como necessidade de elevado investimento inicial, depreciação tecnológica dos equipamentos, maior complexidade contratual, necessidade de gerenciamento de múltiplos contratos e aumento dos custos de manutenção e substituição dos dispositivos ao longo do tempo.

Alternativa 2: Contratação integrada da solução em regime de comodato

Consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, abrangendo instalação, configuração, plataforma tecnológica, comunicação de dados, manutenção preventiva e corretiva, substituição de equipamentos defeituosos, suporte técnico e atualização tecnológica durante toda a vigência contratual.

Essa modalidade elimina a necessidade de investimento inicial na aquisição dos equipamentos, transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção e atualização tecnológica da solução, reduz riscos operacionais e simplifica a gestão contratual, permitindo que a Administração concentre seus esforços na fiscalização dos resultados.

Alternativa 3: Manutenção do modelo atualmente utilizado

Consiste na permanência dos procedimentos atualmente adotados para controle da frota, sem utilização de solução integrada de telemetria e videotelemetria.

Essa alternativa não atende às necessidades da Administração, pois mantém limitações relacionadas ao monitoramento dos veículos, ao controle operacional da frota, à produção de informações gerenciais, à fiscalização da utilização dos bens públicos, à segurança patrimonial e à eficiência da gestão.

Análise Comparativa das Alternativas

Após a análise técnica das soluções disponíveis, verificou-se que a contratação integrada da solução em regime de comodato apresenta melhor relação entre custo e benefício, destacando-se pelos seguintes aspectos:

- a) inexistência de necessidade de aquisição dos equipamentos pela Administração;
- b) redução dos custos de manutenção e reposição tecnológica;
- c) disponibilização contínua de plataforma tecnológica atualizada;
- d) centralização dos serviços em um único contrato;
- e) simplificação da fiscalização contratual;
- f) maior disponibilidade da solução;
- g) suporte técnico especializado durante toda a execução contratual;

- h) maior eficiência operacional;
- i) redução dos riscos associados à obsolescência tecnológica;
- j) possibilidade de implantação imediata da solução.

Diante das alternativas analisadas, conclui-se que a solução mais vantajosa para atendimento da necessidade administrativa consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, compreendendo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, plataforma tecnológica, comunicação de dados, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico e atualização tecnológica, por apresentar maior eficiência operacional, menor risco tecnológico, melhor custo-benefício e maior aderência às necessidades da Administração Pública.

O levantamento de mercado foi realizado mediante análise de soluções disponibilizadas por empresas atuantes no segmento, bem como de contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades da Administração Pública, verificando-se que o modelo de contratação integrada, com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato e prestação continuada dos serviços, constitui a prática predominante no mercado e atende de forma mais eficiente às necessidades da Administração Pública Municipal.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO GLOBAL (COMO UM TODO)

A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular destinados ao gerenciamento, monitoramento e controle da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia, mediante disponibilização de solução tecnológica completa, compreendendo o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, instalação, configuração, ativação, operação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, atualização tecnológica e disponibilização de plataforma eletrônica de gerenciamento.

A solução será implantada em 100 (cem) veículos da frota municipal e será composta por dois sistemas integrados e complementares:

- a) Sistema de Telemetria Veicular, destinado ao monitoramento em tempo real da localização dos veículos, rastreamento, registro dos deslocamentos, controle operacional, gerenciamento de rotas, emissão de alertas, geração de relatórios gerenciais e disponibilização de informações que subsidiem a gestão da frota e a fiscalização da execução contratual.
- b) Sistema de Videotelemetria Embarcada (4 canais), composto por câmeras instaladas nos veículos, destinadas ao registro e armazenamento de imagens internas e externas, possibilitando maior segurança dos condutores, passageiros e patrimônio público, além de contribuir para a apuração de ocorrências, prevenção de fraudes, melhoria das práticas de condução e fortalecimento dos mecanismos de controle administrativo.

A solução deverá compreender, no mínimo:

- a) fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos de telemetria e videotelemetria necessários ao funcionamento da solução;
- b) instalação, configuração, ativação e testes dos equipamentos nos veículos indicados pela Administração;
- c) disponibilização de plataforma eletrônica acessível via internet para gerenciamento integral da

- frota;
- d) comunicação de dados necessária ao funcionamento dos equipamentos;
 - e) monitoramento em tempo real dos veículos;
 - f) armazenamento das informações de telemetria e das imagens captadas pela videotelemetria durante o período definido no Termo de Referência;
 - g) geração de relatórios operacionais, gerenciais e estatísticos;
 - h) emissão de alertas parametrizáveis para eventos previamente definidos pela Administração;
 - i) manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
 - j) substituição de equipamentos defeituosos sempre que necessário;
 - k) atualização dos softwares, firmwares e da plataforma tecnológica durante toda a vigência contratual;
 - l) suporte técnico remoto e presencial;
 - m) treinamento dos servidores designados para utilização da plataforma;
 - n) desinstalação dos equipamentos ao término da contratação, quando solicitado pela Administração.

A plataforma deverá permitir o gerenciamento centralizado da frota, disponibilizando informações que subsidiem o planejamento operacional, a fiscalização da utilização dos veículos oficiais, a gestão patrimonial, o acompanhamento da execução contratual e a tomada de decisões pelos gestores públicos.

A solução deverá ser fornecida de forma contínua durante toda a vigência contratual, garantindo a disponibilidade dos serviços, a integridade das informações registradas, a confiabilidade dos dados gerados e a continuidade das atividades administrativas desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

A opção pela contratação integrada da solução, com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, mostra-se tecnicamente mais vantajosa do que a aquisição definitiva dos equipamentos, pois elimina a necessidade de investimento inicial elevado, transfere à contratada a responsabilidade pela manutenção, substituição e atualização tecnológica dos dispositivos, reduz riscos de obsolescência, simplifica a gestão contratual e assegura maior disponibilidade da solução durante toda a execução do contrato.

A solução proposta atende às necessidades identificadas pela Administração Pública Municipal, contribuindo para o fortalecimento dos mecanismos de controle interno, para a otimização da gestão da frota, para o aumento da segurança operacional, para a racionalização da utilização dos recursos públicos e para o atendimento dos princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e boa governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

Etapas Descrição

- 1 Fornecimento dos equipamentos em comodato
- 2 Instalação e configuração nos 100 veículos
- 3 Ativação da telemetria e da videotelemetria
- 4 Disponibilização da plataforma de gerenciamento
- 5 Monitoramento em tempo real da frota
- 6 Geração de relatórios, alertas e indicadores
- 7 Manutenção, suporte técnico e atualizações durante toda a vigência contratual

Etapas Descrição

8 Desinstalação dos equipamentos ao término do contrato, quando aplicável

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, considerando as características da solução, as condições do mercado e os resultados pretendidos pela Administração.

A solução objeto deste Estudo Técnico Preliminar consiste na prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, abrangendo o fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos embarcados, sua instalação, configuração, ativação, comunicação de dados, disponibilização de plataforma tecnológica, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, atualização tecnológica e demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução.

Embora seja composta por diferentes componentes tecnológicos, a solução possui natureza única e integrada, uma vez que todos os equipamentos, softwares, sistemas de comunicação, plataforma de gerenciamento e serviços de suporte operam de forma interdependente e complementar, constituindo um único sistema de gestão da frota municipal.

Foi avaliada a possibilidade de parcelamento da contratação, mediante a segregação dos serviços de telemetria, videotelemetria, fornecimento de equipamentos, plataforma tecnológica, manutenção ou suporte técnico. Entretanto, concluiu-se que tal medida não se mostra técnica nem economicamente vantajosa para a Administração.

O parcelamento da solução poderá acarretar, entre outros riscos:

- a) incompatibilidade entre equipamentos e plataformas fornecidos por empresas distintas;
- b) dificuldades de integração entre os sistemas de telemetria e videotelemetria;
- c) multiplicidade de interfaces tecnológicas;
- d) fragmentação da responsabilidade pela execução contratual;
- e) dificuldades na identificação da origem de falhas e indisponibilidades do sistema;
- f) aumento dos custos administrativos relacionados à gestão e fiscalização de múltiplos contratos;
- g) maior tempo de resposta para correção de falhas operacionais;
- h) prejuízo à continuidade do monitoramento da frota;
- i) perda de eficiência operacional;
- j) aumento do risco de descontinuidade dos serviços.

Por outro lado, verificou-se que o mercado especializado oferece essa solução de forma integrada, reunindo em um único contrato o fornecimento dos equipamentos, a plataforma tecnológica e todos os serviços acessórios indispensáveis ao seu funcionamento, circunstância que proporciona maior padronização tecnológica, interoperabilidade entre os sistemas, centralização do suporte técnico, unidade de responsabilização e melhores condições para fiscalização da execução contratual.

Sob o aspecto econômico, a contratação integrada também tende a proporcionar ganhos de escala, redução dos custos administrativos de gestão contratual e melhor relação entre custo e benefício, evitando despesas decorrentes da celebração e gerenciamento de diversos contratos independentes.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

Assim, conclui-se que não se mostra técnica nem economicamente viável o parcelamento do objeto, sendo a contratação em lote único a alternativa que melhor atende ao interesse público, assegurando a integração da solução tecnológica, a continuidade da prestação dos serviços, a eficiência operacional, a adequada gestão contratual e a obtenção do resultado pretendido pela Administração.

Ressalta-se que a opção pela contratação em lote único não possui caráter restritivo à competitividade, mas decorre da natureza integrada da solução e da necessidade de preservação da sua funcionalidade, interoperabilidade, segurança e eficiência, observando-se os princípios da isonomia, da competitividade, da eficiência, da economicidade e do planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

A decisão encontra fundamento no art. 40, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o parcelamento deve ser adotado quando técnica e economicamente viável. No caso em análise, a avaliação realizada demonstra que a divisão do objeto comprometeria a eficiência da solução, aumentaria os riscos da execução contratual e reduziria as vantagens econômicas da contratação integrada.

Critério	Contratação Integrada	Contratação Parcelada
Integração tecnológica	Atendida	Risco de incompatibilidade
Responsabilidade pela solução	Única contratada	Múltiplos responsáveis
Fiscalização contratual	Simplificada	Mais complexa
Suporte técnico	Centralizado	Fragmentado
Continuidade do serviço	Maior	Menor
Custo administrativo	Menor	Maior
Eficiência operacional	Maior	Menor

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação da solução integrada de telemetria e videotelemetria veicular tem por finalidade promover a modernização da gestão da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia, mediante a utilização de recursos tecnológicos que ampliem a capacidade de monitoramento, controle, fiscalização e planejamento da utilização dos veículos públicos.

Com a implantação da solução, a Administração pretende alcançar os seguintes resultados:

I – Fortalecimento da gestão da frota: monitoramento em tempo real da localização e da utilização dos veículos oficiais; gerenciamento centralizado da frota por meio de plataforma tecnológica; maior controle sobre deslocamentos, rotas e utilização dos veículos e disponibilidade de informações gerenciais para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões.

II – Aumento da eficiência administrativa: otimização da utilização da frota; melhoria no planejamento operacional dos deslocamentos; racionalização do emprego dos veículos oficiais; redução do tempo gasto na obtenção de informações operacionais e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

III – Fortalecimento do controle interno: ampliação dos mecanismos de fiscalização da utilização dos veículos oficiais; maior rastreabilidade das operações realizadas pela frota; produção de registros eletrônicos que auxiliem auditorias e atividades de controle e melhoria da fiscalização da execução contratual.

IV – Incremento da segurança operacional: aumento da segurança dos condutores, passageiros e patrimônio público; registro de imagens por meio da videotelemetria para suporte à apuração de ocorrências; melhoria das condições de monitoramento das operações realizadas pela frota e redução dos riscos relacionados ao uso inadequado dos veículos oficiais.

V – Maior transparência e governança: disponibilização de informações confiáveis para subsidiar decisões administrativas; fortalecimento da prestação de contas e da accountability; melhoria da governança da gestão patrimonial e suporte à atuação dos órgãos de controle interno e externo.

VI – Sustentabilidade econômica da contratação

A solução também busca proporcionar ganhos indiretos decorrentes da melhoria da gestão da frota, tais como:

- a) otimização dos custos operacionais;
- b) redução de deslocamentos desnecessários;
- c) melhor aproveitamento dos veículos disponíveis;
- d) prevenção de perdas patrimoniais;
- e) maior controle da execução contratual.

Ressalta-se que a contratação não tem como único objetivo a aquisição de tecnologia, mas a implantação de um modelo de gestão da frota baseado em informações confiáveis, monitoramento contínuo e mecanismos de controle capazes de elevar a eficiência da Administração Pública e contribuir para a melhoria dos serviços prestados à população.

Espera-se, ao final da implantação da solução, que o Município disponha de uma ferramenta tecnológica capaz de integrar informações operacionais, ampliar a capacidade de fiscalização, apoiar a tomada de decisões gerenciais e fortalecer a governança da gestão da frota oficial, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade, planejamento, transparência e interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

Resultado Pretendido

Indicador

Monitoramento integral da frota Percentual de veículos monitorados em tempo real

Disponibilidade da solução

Percentual de disponibilidade da plataforma

Resultado Pretendido	Indicador
Atendimento técnico	Prazo de atendimento e solução de chamados
Controle operacional	Quantidade de relatórios gerenciais emitidos
Segurança	Registro e disponibilidade das imagens conforme contratado
Fiscalização	Percentual de veículos com histórico de rotas disponível
Gestão	Disponibilidade de informações para acompanhamento da frota

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para viabilizar a adequada implantação da solução integrada de telemetria e videotelemetria veicular, a Administração Municipal deverá adotar, previamente ao início da execução contratual, as seguintes providências:

- a) **Planejamento da implantação:** consolidar o cadastro atualizado da frota que será contemplada pela contratação, contendo a identificação dos veículos, suas características e a respectiva unidade administrativa de lotação e definir a ordem de implantação dos equipamentos, observando a continuidade da prestação dos serviços públicos e a disponibilidade dos veículos para instalação.
 - b) **Designação da equipe de gestão e fiscalização contratual:** designar gestor e fiscais do contrato, na forma da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação municipal aplicável.
- definir os procedimentos de acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução contratual.
- c) **Preparação da infraestrutura administrativa:** disponibilizar os veículos para instalação dos equipamentos nas datas previamente acordadas com a contratada; indicar os locais onde serão realizadas as instalações, testes e eventuais manutenções dos equipamentos e disponibilizar acesso aos servidores responsáveis pela gestão da frota para utilização da plataforma tecnológica.
 - d) **Capacitação dos usuários:** indicar os servidores que utilizarão a plataforma de gerenciamento; acompanhar a realização dos treinamentos a serem ministrados pela contratada e promover a disseminação das orientações de utilização da solução junto às Secretarias Municipais.
 - e) **Organização da gestão da informação:** definir os perfis de acesso à plataforma, observando as atribuições de cada unidade administrativa; estabelecer rotinas para utilização dos relatórios gerenciais na gestão da frota e definir procedimentos para acompanhamento dos indicadores de desempenho da contratação.
 - f) **Fiscalização da implantação:** durante a fase de implantação, a Administração deverá acompanhar a instalação dos equipamentos, realizar a conferência dos serviços executados,

verificar o funcionamento da plataforma e validar o início da operação da solução antes do recebimento definitivo.

- g) **Proteção de dados e segurança da informação:** a Administração deverá orientar os agentes públicos responsáveis pela utilização da solução quanto ao tratamento adequado das informações disponibilizadas pela plataforma, observando as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e as normas internas aplicáveis.

Considerando a natureza da solução, não se identificou a necessidade de realização de obras, reformas, aquisição prévia de infraestrutura física ou adaptações significativas nas instalações da Administração para viabilizar a execução contratual. As providências necessárias concentram-se na organização administrativa, na disponibilização dos veículos para instalação dos equipamentos, na designação da equipe de fiscalização e na preparação dos usuários da plataforma tecnológica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a existência de contratações correlatas ou interdependentes relacionadas ao objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

Consideram-se contratações correlatas aquelas que, embora possuam objeto distinto, guardam relação com a solução pretendida e possam contribuir para o alcance dos resultados esperados. Já as contratações interdependentes são aquelas cuja execução constitui condição necessária para o início ou continuidade da execução do objeto.

Após análise das necessidades administrativas e das características da solução, verificou-se que a presente contratação possui natureza autônoma, uma vez que contempla, em um único objeto, o fornecimento dos equipamentos em regime de comodato, a instalação, a configuração, a disponibilização da plataforma tecnológica, a comunicação de dados, a manutenção preventiva e corretiva, o suporte técnico e os demais serviços indispensáveis ao pleno funcionamento da solução.

Assim, não foram identificadas contratações interdependentes cuja celebração seja necessária para viabilizar a implantação ou a execução dos serviços objeto deste ETP.

Da mesma forma, embora existam contratos administrativos relacionados à manutenção da frota, ao abastecimento de combustíveis, à aquisição de veículos e à gestão patrimonial, tais instrumentos possuem objetos distintos e independentes, não constituindo requisito para a execução da presente contratação, tampouco condicionando sua eficácia.

Eventuais integrações futuras com outros sistemas corporativos utilizados pelo Município poderão ser avaliadas pela Administração, desde que tecnicamente viáveis e sem prejuízo da plena execução do objeto contratado, não configurando, contudo, dependência contratual.

Dessa forma, conclui-se que não existem contratações correlatas ou interdependentes cuja formalização ou execução constitua pressuposto para a implementação da solução ora proposta, sendo a contratação plenamente apta à execução de forma independente.

A solução poderá produzir informações que subsidiem a gestão e a fiscalização de outros contratos relacionados à frota municipal, especialmente aqueles relativos ao abastecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva de veículos, locação de veículos e gestão patrimonial. Todavia, essa



Município de Cruz
das Almas • Bahia

interação possui natureza meramente operacional e gerencial, não configurando interdependência contratual nem condicionando a execução do presente objeto.

12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se à análise dos possíveis impactos ambientais decorrentes da contratação.

A solução objeto deste Estudo Técnico Preliminar possui natureza predominantemente tecnológica e não envolve a realização de obras civis, intervenções ambientais, supressão de vegetação, movimentação de terra ou utilização significativa de recursos naturais, razão pela qual seus impactos ambientais diretos são considerados reduzidos.

Entretanto, foram identificados os seguintes aspectos ambientais que deverão ser observados durante a execução contratual:

- a) utilização de equipamentos eletrônicos embarcados, cabos, conectores, dispositivos de armazenamento e demais componentes sujeitos ao desgaste e à substituição ao longo da execução contratual;
- b) geração eventual de resíduos eletroeletrônicos decorrentes da manutenção, substituição ou desinstalação dos equipamentos;
- c) consumo de energia elétrica pelos dispositivos instalados nos veículos, considerado de baixa relevância e compatível com a finalidade da solução.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá:

- a) promover a substituição e destinação ambientalmente adequada dos equipamentos, componentes e resíduos eletroeletrônicos eventualmente gerados durante a execução contratual, observando a legislação ambiental aplicável;
- b) adotar práticas de logística reversa sempre que exigidas pela legislação vigente e pelos fabricantes dos equipamentos;
- c) utilizar equipamentos em adequado estado de conservação, priorizando tecnologias que apresentem maior eficiência energética e menor impacto ambiental, quando tecnicamente compatíveis;
- d) realizar a manutenção preventiva dos equipamentos de forma a ampliar sua vida útil e reduzir a geração de resíduos.

Além dos impactos de baixa magnitude anteriormente mencionados, verifica-se que a própria solução apresenta potencial para gerar benefícios ambientais indiretos, tais como:

- a) otimização das rotas e dos deslocamentos da frota oficial;
- b) redução de percursos desnecessários;
- c) utilização mais eficiente dos veículos públicos;
- d) racionalização do consumo de combustíveis;
- e) redução das emissões atmosféricas associadas ao uso da frota;
- f) fortalecimento da gestão sustentável dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são reduzidos, controláveis e passíveis de mitigação mediante a adoção das medidas previstas neste Estudo Técnico



Município de Cruz
das Almas • Bahia

Preliminar e no futuro Termo de Referência, sendo que os benefícios operacionais e ambientais decorrentes da melhoria da gestão da frota superam os impactos inerentes à utilização da solução tecnológica.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Cruz das Almas, Bahia, 09 de julho de 2026.

JOSE MÁRCIO MARQUES REBOUÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE



Município de Cruz
das Almas • Bahia

ANEXO I – B

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, operação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico dos equipamentos, bem como a disponibilização de plataforma tecnológica destinada ao monitoramento, rastreamento, gerenciamento, controle operacional e geração de informações gerenciais da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Descrição	Und	Qtd	V.Unit	V.Total
1	INSTALAÇÃO DE MÓDULO TELEMETRIA- Com o fornecimento de equipamentos em comodato pelo prazo de 12 meses, compreendendo a instalação de módulos de rastreadores.	UND	100	R\$ 352,74	R\$ 35.274,00
2	INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOTELEMETRIA 2 CANAIS- Com o fornecimento de equipamentos em comodato pelo prazo de 12 meses, compreendendo a instalação de módulos de rastreadores.	UND	100	R\$ 733,33	R\$ 73.333,00
3	SUPORTE OPERACIONAL ADMINISTRATIVO DA TELEMETRIA- MENSAL POR VEÍCULO- disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos, bem como configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento.	UND	1200	R\$ 426,67	R\$ 512.004,00
4	SUPORTE OPERACIONAL ADMINISTRATIVO DA VIDEOTELEMETRIA- MENSAL POR VEÍCULO- disponibilização de software de gerenciamento com acesso via web para gestão da frota de veículos, bem como configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento.	UND	1200	R\$ 416,67	R\$ 500.004,00
Valor Total					R\$ 1.120.615,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços objeto desta contratação são classificados como serviços comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. Os serviços são caracterizados como serviços contínuos, por atenderem a necessidade administrativa permanente de monitoramento, gerenciamento e controle da frota oficial do Município, exigindo execução ininterrupta para assegurar a continuidade das atividades desenvolvidas pelas diversas Secretarias Municipais.

1.4. A interrupção da prestação dos serviços comprometeria o acompanhamento operacional da frota, a fiscalização da utilização dos veículos oficiais, a produção de informações gerenciais e os mecanismos de controle administrativo, razão pela qual a execução contínua mostra-se indispensável ao atendimento do interesse público.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou da emissão da ordem de serviço, conforme definido no instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente, desde que demonstrada a vantagem para a Administração e observados os requisitos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.6. A fundamentação da contratação, a descrição da necessidade administrativa, a análise das soluções disponíveis, a justificativa da solução escolhida e a definição dos quantitativos encontram-se detalhadas no Estudo Técnico Preliminar, que integra a fase preparatória desta contratação e fundamenta a elaboração do presente Termo de Referência, em conformidade com o art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

1.7. A contratação tem por finalidade modernizar a gestão da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia, mediante a implantação de solução tecnológica integrada de telemetria e videotelemetria, proporcionando maior controle operacional, monitoramento em tempo real, fortalecimento da fiscalização da utilização dos veículos oficiais, incremento da segurança patrimonial, produção de informações gerenciais e apoio à tomada de decisões administrativas, contribuindo para a eficiência da gestão pública e para a adequada aplicação dos recursos públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

1.8. A solução consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, dos equipamentos embarcados, sua instalação, configuração, ativação, operação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, comunicação de dados, atualização tecnológica e disponibilização de plataforma eletrônica destinada ao monitoramento, rastreamento, gerenciamento e controle da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia.

1.9. A solução será executada durante todo o ciclo de vida da contratação, abrangendo as etapas de implantação, operação assistida, manutenção, atualização tecnológica, suporte técnico e desinstalação dos equipamentos ao término da vigência contratual, quando determinada pela Administração.

1.10. A descrição detalhada da solução encontra-se no Estudo Técnico Preliminar, que integra a fase preparatória da contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5. Subcontratação

1.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

1.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

- 1.13. Não será exigida vistoria técnica prévia como condição para participação na licitação.
- 1.14. Os licitantes poderão, facultativamente, realizar visita técnica aos locais indicados pela Administração para conhecimento das condições de execução do objeto, mediante agendamento prévio.
- 1.15. A não realização da visita técnica não poderá ser utilizada como fundamento para pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou alegações de desconhecimento das condições de execução contratual.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 1.16. A execução dos serviços observará as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar, no contrato e na proposta vencedora.
- 1.17. A execução contratual terá início em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço emitida pela Administração.
- 1.18. A execução do objeto compreenderá, no mínimo, as seguintes etapas:
- 1.19. Planejamento da implantação: A contratada deverá realizar reunião inicial com a Administração para definição do cronograma de implantação, identificação dos veículos contemplados, planejamento das instalações e definição dos responsáveis pela execução.
- 1.20. Fornecimento dos equipamentos: Fornecimento, em regime de comodato, de todos os equipamentos, dispositivos, acessórios, cabos, conectores, sensores, câmeras, cartões de comunicação de dados, licenças de software e demais componentes necessários ao perfeito funcionamento da solução.
- 1.21. Instalação e configuração: Instalação física dos equipamentos de telemetria e videotelemetria nos veículos indicados pela Administração, incluindo configuração, ativação, testes de funcionamento e integração com a plataforma tecnológica.
- 1.22. Disponibilização da plataforma: Disponibilização da plataforma eletrônica para gerenciamento da frota, acessível via internet, contendo todas as funcionalidades previstas neste Termo de Referência.
- 1.23. Treinamento: Realização de treinamento presencial ou remoto destinado aos servidores indicados pela Administração, contemplando a utilização da plataforma, emissão de relatórios, parametrização de alertas e demais funcionalidades.
- 1.24. Operação assistida: Após a implantação, a contratada deverá acompanhar o funcionamento da solução, promovendo os ajustes necessários até sua completa estabilização.
- 1.25. Prestação continuada dos serviços
- 1.26. Durante toda a vigência contratual deverão ser prestados os serviços de:
- 1.27. monitoramento da solução;

- 1.28. manutenção preventiva;
- 1.29. manutenção corretiva;
- 1.30. suporte técnico remoto e presencial;
- 1.31. substituição de equipamentos defeituosos;
- 1.32. atualização tecnológica;
- 1.33. disponibilização contínua da plataforma;
- 1.34. comunicação de dados;
- 1.35. armazenamento das informações contratadas.
- 1.36. A implantação deverá observar, preferencialmente, o seguinte cronograma:

Etapas	Prazo máximo
Emissão da Ordem de Serviço	Dia 0
Reunião inicial	Até 5 dias
Início das instalações	Até 10 dias
Conclusão da instalação dos 100 veículos	Até 45 dias
Disponibilização da plataforma	Até a conclusão das instalações
Treinamento dos usuários	Até 10 dias após conclusão da implantação
Início da operação definitiva	Após homologação da implantação pela Administração

Local e horário da prestação dos serviços

- 1.37. Os serviços serão executados no Município de Cruz das Almas, Bahia, nas dependências indicadas pela Administração, compreendendo garagem municipal, Secretarias Municipais ou outros locais onde os veículos estiverem lotados.
- 1.38. O monitoramento será realizado por meio de plataforma eletrônica disponibilizada pela contratada.
- 1.39. As instalações, manutenções programadas e demais atendimentos presenciais deverão ocorrer preferencialmente em dias úteis, entre 08h00 e 17h00, salvo necessidade devidamente justificada e previamente autorizada pela Administração.
- 1.40. O monitoramento da plataforma deverá permanecer disponível vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, durante toda a vigência contratual.

Materiais a serem disponibilizados

- 1.41. Durante toda a vigência contratual a contratada deverá:
- 1.42. manter a solução em pleno funcionamento;
- 1.43. monitorar continuamente a disponibilidade dos equipamentos;
- 1.44. corrigir falhas identificadas;
- 1.45. realizar manutenção preventiva e corretiva;
- 1.46. substituir equipamentos defeituosos sem ônus para a Administração;
- 1.47. manter atualizados os softwares e firmwares;
- 1.48. disponibilizar suporte técnico remoto e presencial;
- 1.49. preservar a integridade das informações registradas;
- 1.50. emitir relatórios gerenciais sempre que solicitado pela Administração.
- 1.51. A contratada deverá fornecer, sem qualquer custo adicional para a Administração:
- 1.52. equipamentos de telemetria;
- 1.53. equipamentos de videotelemetria de 4 canais;
- 1.54. câmeras;
- 1.55. sensores;
- 1.56. módulos de comunicação;
- 1.57. cartões SIM ou tecnologia equivalente;
- 1.58. cabos;
- 1.59. conectores;
- 1.60. suportes;
- 1.61. dispositivos de armazenamento;
- 1.62. licenças de software;
- 1.63. plataforma de gerenciamento;
- 1.64. ferramentas necessárias à instalação;
- 1.65. demais componentes indispensáveis ao perfeito funcionamento da solução.
- 1.66. Todos os equipamentos permanecerão sob responsabilidade da contratada durante toda a execução contratual, em regime de comodato.

Especificação da garantia do serviço

- 1.67. Os serviços deverão observar, no mínimo, a garantia legal prevista na legislação aplicável, sem prejuízo da responsabilidade da contratada pela qualidade da execução contratual durante toda a vigência do contrato.

1.68. Os equipamentos fornecidos em regime de comodato deverão permanecer em perfeito funcionamento durante toda a execução contratual, cabendo à contratada promover, sem ônus para a Administração, sua manutenção, reparo ou substituição sempre que apresentarem defeitos, falhas ou perda de desempenho.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

1.69. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

1.70. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

1.71. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

1.72. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

1.73. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

1.74. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

Rotinas de Fiscalização

1.75. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

1.76. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

1.77. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.78. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

1.79. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

1.80. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

1.81. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

1.82. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

1.83. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

1.84. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

1.85. Cabe ao gestor do contrato:

1.85.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

1.85.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

1.85.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

1.85.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado,



Município de Cruz
das Almas • Bahia

com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

1.85.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

1.85.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

1.85.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

1.85.8 receber e dar encaminhamento imediato:

7.1.1.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.1.1.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

1.86. A avaliação da execução do objeto utilizará como instrumento de aferição o acompanhamento dos níveis de disponibilidade, funcionamento e qualidade dos serviços contratados, considerando os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente quanto à disponibilização da plataforma tecnológica, funcionamento dos equipamentos instalados, transmissão dos dados, suporte técnico e atendimento das solicitações da Administração.

1.87. A fiscalização contratual verificará, durante toda a vigência contratual, o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, podendo ser aplicadas glosas ou retenções proporcionais ao descumprimento identificado, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, quando constatado que a Contratada:

1.88. não disponibilizou a plataforma de monitoramento e gerenciamento da frota nos níveis de funcionamento esperados;

1.89. deixou de realizar a instalação, configuração, manutenção ou substituição dos equipamentos conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

1.90. deixou de prestar suporte técnico dentro dos prazos definidos pela Administração;

1.91. não assegurou a transmissão adequada dos dados de rastreamento, telemetria ou videotelemetria dos veículos;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.92. deixou de corrigir falhas técnicas que comprometam a utilização da solução contratada.

1.93. A aplicação de glosas observará a proporcionalidade entre a parcela do serviço efetivamente não executada ou executada em desconformidade e o valor correspondente ao período de referência.

1.94. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará, especialmente:

1.95. a disponibilização contínua da plataforma tecnológica de gestão da frota, incluindo acesso aos usuários autorizados pela Administração;

1.96. o funcionamento dos equipamentos de telemetria e videotelemetria instalados nos veículos oficiais;

1.97. a disponibilidade dos dados de localização, trajetos, eventos operacionais, registros de condução e demais informações previstas na solução contratada;

1.98. a realização dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;

1.99. o atendimento das solicitações de suporte técnico realizadas pela Administração;

1.100. a apresentação de relatórios gerenciais e informações operacionais disponibilizadas pelo sistema, quando solicitados.

Do recebimento

1.101. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo fiscal técnico do contrato, mediante termo detalhado, após a verificação do cumprimento das obrigações contratuais relativas ao período de referência da cobrança.

1.102. O prazo para recebimento provisório será contado a partir do recebimento da nota fiscal ou documento de cobrança apresentado pela Contratada, acompanhado dos documentos comprobatórios da execução dos serviços.

1.103. O fiscal técnico do contrato realizará o acompanhamento da execução contratual, verificando:

1.104. a disponibilidade da plataforma tecnológica;

1.105. a instalação e funcionamento dos equipamentos nos veículos da frota municipal;

1.106. a regularidade da transmissão das informações;

1.107. o cumprimento dos chamados técnicos e dos serviços de manutenção;

1.108. eventuais ocorrências registradas durante o período de medição.

1.109. Havendo fiscal administrativo designado, este verificará os aspectos formais da contratação, incluindo documentação fiscal, regularidade da cobrança e demais requisitos necessários à liquidação da despesa.

1.110. Para fins de faturamento, será considerado como período de medição cada mês de prestação dos serviços contratados.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.111. Ao final de cada período mensal de faturamento, o fiscal técnico elaborará relatório contendo a avaliação da execução contratual, indicando eventual ocorrência de falhas, indisponibilidades ou descumprimentos que possam ensejar ajustes no pagamento.

1.112. Caso sejam identificadas falhas na execução dos serviços, a Contratada será comunicada para adoção das providências necessárias à correção, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas cabíveis.

1.113. O recebimento definitivo ficará condicionado à verificação da regularidade da execução dos serviços no período de referência, incluindo a disponibilidade da plataforma tecnológica, funcionamento dos equipamentos instalados, atendimento das solicitações de suporte e cumprimento das demais obrigações previstas neste Termo de Referência.

1.114. O recebimento definitivo observará:

1.115. a análise dos relatórios de fiscalização;

1.116. a verificação do cumprimento das obrigações previstas no Termo de Referência e no contrato;

1.117. a confirmação da disponibilidade e funcionamento da solução tecnológica contratada;

1.118. a inexistência de pendências impeditivas para liquidação e pagamento da despesa.

1.119. Identificada qualquer irregularidade que impeça o recebimento definitivo, a Administração comunicará formalmente a Contratada para que promova as correções necessárias no prazo estabelecido pela fiscalização.

1.120. A Contratada deverá reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, equipamentos, componentes, sistemas ou funcionalidades que apresentem falhas decorrentes da execução contratual ou de defeitos técnicos, sempre que constatada responsabilidade da empresa.

1.121. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desacordo com as especificações previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação e no contrato.

1.122. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade da solução fornecida, pelo correto funcionamento dos equipamentos, pela segurança das informações e pela adequada execução dos serviços durante toda a vigência contratual.

Liquidação

1.123. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.124. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

1.125. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.126. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

1.127. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Prazo de pagamento

1.128. O pagamento será efetuado no prazo estabelecido pela legislação vigente, contado da data do recebimento definitivo e da apresentação da respectiva nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestado pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, observada a regular liquidação da despesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Forma de pagamento

1.129. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

1.130. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.131. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.131.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.132. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

1.133. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1.134. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.135. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1.135.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.135.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.135.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.135.4 Multa:

1.135.4.1. Moratória:

1.135.4.2. Para as infrações descritas no item "d" (atraso injustificado na execução de atividades específicas), aplica-se multa moratória de 0,1% (zero vírgula um por cento) por dia de atraso sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento).

1.135.4.3. Moratória pela não apresentação ou reposição de garantia:

1.135.4.4. Aplica-se multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total do contrato, limitada a 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia contratual.

1.135.4.5. Extinção do contrato por atraso excessivo:



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.135.4.6. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, nos termos do inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

1.135.4.7. Compensatória por infrações específicas (alíneas "e" a "h"):

1.135.4.8. Aplica-se multa compensatória de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, de acordo com a gravidade da infração.

1.135.4.9. Compensatória por inexecução total do contrato (alínea "c"):

1.135.4.10. Aplica-se multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

1.135.4.11. Compensatória por infração da alínea "b":

1.135.4.12. Aplica-se multa compensatória de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

1.135.4.13. Compensatória substituindo a moratória (alínea "d"):

1.135.4.14. Aplica-se multa compensatória de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, caso a Administração opte por substituir a multa moratória pela compensatória.

1.135.4.15. Compensatória por infração da alínea "a":

1.135.4.16. Aplica-se multa compensatória de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação, ressalvadas outras infrações mais graves que também possam ser enquadradas nesta alínea.

1.136. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

1.137. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

1.138. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

1.139. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

1.140. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.141. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.141.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

1.141.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

1.142. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.142.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.142.2 as peculiaridades do caso concreto;

1.142.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.142.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

1.142.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.143. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

1.144. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

1.145. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

1.146. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

1.147. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.148. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

1.149. O regime de execução será o de empreitada por preço global, considerando que a contratação contempla a disponibilização integral da solução tecnológica de telemetria e videotelemetria veicular, incluindo fornecimento em comodato dos equipamentos, instalação, configuração, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico, operação da plataforma e demais custos necessários ao pleno funcionamento dos serviços, mediante pagamento de valor mensal fixo durante a vigência contratual.

Exigências de habilitação

1.150. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

1.151. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.152. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.153. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.154. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.155. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

1.156. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.157. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

1.158. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das



Município de Cruz
das Almas • Bahia

Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

1.159. **Consórcio de empresas:** contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

1.160. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

1.161. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.162. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.163. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.164. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.165. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.166. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

1.167. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.168. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

1.169. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

1.170. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei,



Município de Cruz
das Almas • Bahia

comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

1.171. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% do valor total estimado da contratação.**

1.172. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

1.173. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

1.174. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

1.175. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

1.176. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

1.176.1 Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

1.177. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1.177.1 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

1.177.2 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

1.177.3 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

1.178. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

1.179. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

1.180. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá realizar demonstração técnica da solução ofertada, visando comprovar o atendimento das funcionalidades mínimas previstas no Termo de Referência.

Disposições gerais sobre habilitação

1.181. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

1.182. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

1.183. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

1.184. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

1.185. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1.186. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$1.120.615,00 (um milhão, cento e vinte mil e seiscentos e quinze reais), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

1.187. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.188. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral:

06 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

1001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2159-MANUTENÇÃO E USO DA FROTA DE VEÍCULOS DA EDUCAÇÃO

33903900 15001001-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 15400000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 15500000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

11 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

1101 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15001002-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 16003110-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 16590000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

1202 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2117-MANUTENÇÃO E USO DA FROTA VEICULAR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 15001002-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

33903900 16600000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

16 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

1601 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

17 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

1701 - SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

2083-MANUTENÇÃO E USO DE FROTA VEICULAR

33903900 15000000-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica



Município de Cruz
das Almas • Bahia

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

1.189. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cruz das Almas, Bahia, 13 de julho de 2026.

JOSE MÁRCIO MARQUES REBOUÇAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE



Município de Cruz
das Almas • Bahia

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Ref: Processo Administrativo nº. 734/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 034/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, operação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico dos equipamentos, bem como a disponibilização de plataforma tecnológica destinada ao monitoramento, rastreamento, gerenciamento, controle operacional e geração de informações gerenciais da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia.

Por este instrumento a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, n. _____, CEP: _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado da Bahia, através do seu representante legal, neste ato por Sr(a). _____, CPF: _____, RG: _____ – SSP/BA, residente à _____, n. _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____ Estado da _____, para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico Nº. XXX/2025, sob as penas da Lei:

Apresentar a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o Pregão Eletrônico Nº. XXX/2025, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital, assumindo toda a responsabilidade pelas informações aqui prestadas;

Por esta proposta, declaramos inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente aos da Lei 14.133/2021, e às cláusulas e condições constantes do Instrumento Convocatório;

Tem a presente PROPOSTA por finalidade de submeter à apreciação de Vossas Senhorias, para a perfeito cumprimento das exigências desta licitação, a saber:

XXXXXXXXXXXXXX

Declaramos que,

Nos preços indicados em nossa proposta estão computadas todas as despesas com o serviço, a exemplo de tributos, encargos sociais e trabalhistas, e demais custos que os compõem;

O prazo de validade de nossa proposta e de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da abertura da licitação;

Os pagamentos serão efetuados de forma parcelada, tendo como prazo 12 (doze) meses, conforme art. 84 da lei 14.133/2021, para execução do objeto licitado após a assinatura do contrato;

Estamos cientes sobre o pagamento, devido ao contratado será efetuado através de **transferência bancária, na conta**, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data do



Município de Cruz
das Almas • Bahia

atesto de conformidade da nota fiscal, junto ao processo de pagamento em cumprimento da obrigação do objeto da licitação pela Secretaria requisitante, sendo necessária a apresentação das Certidões exigidas no compromisso;

Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Declaramos, por fim que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para a execução do objeto desta licitação, sendo de nossa exclusiva responsabilidade todas as despesas, tais como: transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com as especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2026.

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



Município de Cruz
das Almas • Bahia

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ref: Processo Administrativo nº. 734/2026, Modalidade Pregão Eletrônico nº. 034/2026.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços integrados de telemetria e videotelemetria veicular, compreendendo o fornecimento, em regime de comodato, instalação, configuração, operação, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico dos equipamentos, bem como a disponibilização de plataforma tecnológica destinada ao monitoramento, rastreamento, gerenciamento, controle operacional e geração de informações gerenciais da frota oficial do Município de Cruz das Almas, Bahia.

_____, (razão social da empresa) com sede na _____, inscrita no CNPJ nº _____, vem por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) _____, portador (a) da Carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, na qualidade de representante legal, participante do Pregão Eletrônico em epigrafe instaurado pelo Município de Cruz das Almas/BA, **DECLARAR**, sob as penas da lei:

- a) que atende aos requisitos de habilitação e responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
- b) que cumpri as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021).
- c) que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas. (§ 1º art. 63, IV, da Lei nº 14.133/2021)

C.1- A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

C.2- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

C.3- Que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;



Município de Cruz
das Almas • Bahia

C.4- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;

C.5- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

C.6- Que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la

d) que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos e que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (art. 67, VI, da Lei nº 14.133/2021)

e) que os termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, nos enquadrados na situação de () Microempresa, () Empresa de Pequeno Porte ou () Microempreendedor Individual;

f) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição (art. 68, VI, da Lei nº 14.133/2021);

g) que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

h) que cumpre com o disposto na Lei nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados;

i) que cumpre Lei nº. 12.846/2013 – Lei Anticorrupção, disseminando a conduta delineada neste Código a todos os funcionários, parceiros e prestadores de serviços;

j) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).

....., Portador(a) do RG sob nº

..... E CPF nº, cuja

função/cargo é (Sócio administrador/procurador/diretor/etc),

responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.

Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito: Banco:

Agência:.....

Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar contrato assinado para o seguinte endereço:

• E-mail: _____



Município de Cruz
das Almas • Bahia

- Telefone: () _____
- Cidade: Bairro..... Rua:..... nº CEP.....
- Nomeamos e constituímos o senhor(a), portador(a) do CPF/MF sob nº, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.

Esta declaração é prestada com base na verdade e na fé, assumindo total responsabilidade por suas informações. Declaramos também estar cientes das sanções civis, administrativas e penais aplicáveis em caso de prestação de informações falsas.

Comprometemo-nos a comunicar imediatamente qualquer alteração nas informações prestadas nesta declaração durante a vigência de eventual contrato celebrado com a Administração Pública.

Estamos cientes de que a prestação de informações falsas ou a omissão de informações relevantes sujeitará a presente declarante às sanções legais cabíveis.

Cruz das Almas/BA, xxxxx de xxxxxx de 2026

Assinatura e Carimbo CNPJ do Licitante
(Confeccionar documento em papel timbrado da licitante)



Município de Cruz
das Almas • Bahia

ANEXO IV

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O Município de Cruz das Almas, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação nº *****, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Modelo (<i>se exigido no edital</i>)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o(nome do órgão)....

3.2. {*Além do gerenciador, não há [ou] São*} *órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:*

Item nº	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade



Município de Cruz
das Almas • Bahia

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.



Município de Cruz
das Almas • Bahia

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao



Município de Cruz
das Almas • Bahia

fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos na legislação pertinente.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade



Município de Cruz
das Almas • Bahia

participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

- 9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
- 9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou
- 9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 9.4.1. Por razão de interesse público;
- 9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s)
registrado(s)